

Benefício depende de mudança

Qualquer benefício adicional da parte do Banco Mundial depende, para o Brasil, fundamentalmente de duas mudanças nas regras do BIRD. A primeira é a que não permite que qualquer país detenha mais do que 10% do crédito total do Banco. O Brasil já ultrapassou este limite, com 12% do total dos recursos emprestados pelo Banco Mundial. Esta situação só pode se inverter se o BIRD aumentar seu capital disponível para repassar aos credores, o que seria feito através de captação no mercado internacional. Essa solução também não é plausível, de acordo com as regras vigentes que ditam que o Banco só poderá captar quantia equivalente a no máximo duas vezes o seu capital, teto que também já está esgotado. Para isso, a solução seria aumentar o capital do banco, ao que o Congresso norte-americano tem se posicionado radicalmente contra.

Este quadro, segundo analistas do governo, afasta ainda mais a possibilidade de o Brasil vir a aceitar a nova forma de acordo de renegociação da dívida que vem sendo proposta pelos EUA. Até a maior participação do Banco Mundial na economia interna está sendo vista com cautela. Da forma com que ela é feita, não atende às necessidades do momento atual do país.

"Qualquer financiamento do Banco Mundial onera o Estado", observam técnicos do governo, já que ele só pode ser destinado a projetos de desenvolvimento levados a cabo pelo governo, além de exigir a contra-partida em moeda nacional, normalmente na proporção de um dólar para duas vezes o seu equivalente em cruzeiros.

A única possibilidade de o Brasil vir a se beneficiar, realmente, do dinheiro novo vindo do BIRD é uma mudança geral nas linhas de operação de entidade, de forma que possibilite utilizar este dinheiro para refinanciamento de juros ou para reemprestimo para o setor privado. Isto, segundo observadores, está previsto na estratégia norte-americana, mas não da forma mais conveniente ao Brasil. "A estratégia que está sendo sinalizada pelo FMI e pelos banqueiros é que se renegocie o principal de dívida, primeiro, para depois, dependendo do desempenho da economia interna do país — e isso segundo os critérios do FMI — possam ser renegociados os juros e o dinheiro novo para investimentos. Este seria, fatalmente, o caminho escolhido pelo governo brasileiro antes da Nova República. Mas o ponto de honra do atual governo é manter a autonomia na economia interna e na escolha da forma de renegociação.